ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 14/2025

(Plenária Presencial)

Aos vinte um dias do mês de maio de dois mil e vinte cinco, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, nas dependências da Fundação O Pão dos Pobres, Rua da República, 801 – Cidade Baixa – Porto Alegre/RS, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA** e vice-Presidente **PAULO FRANCISCO DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Andréia Brito Gilli, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA;**

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA**;

Débora de Almeida, **Fundação O Pão dos Pobres**;

Eduarda Roos Enes, **Casa de Saúde Menino Jesus de Praga**;

Francyne da Rosa, **CEMME**;

Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**;

Luciane Escouto, **Instituto Leonardo Murialdo**;

Luiz Alberto Mincarone, **Associação Beneficente Amurt-Amurtel**;

Natália Laurindo, **AHMI**;

Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**; Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços – ACM**;

Priscila Balestrin e Fabrízia Demo, **Parceiros Voluntários;**

Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre**;

Rose Ceroni Canabarro, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM**;

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Denise Zulmira, **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**;

Edemar Sarnagotto, **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH;**

Elisandra Marques da Rosa, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – SMELJ**;

Guilherme Fagner da Silva Pereira, **Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV.**

Letícia Giardin e Francine Bays Zucatti, **Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS**;

Sandra Regina Castro de Aguiar, **Secretaria Municipal de Educação – SMED**;

Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF.**

DEMAIS PRESENTES:

Luciana Tietbohl, **Administrativos SMIDH**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças;

3. Informes.

Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

1. ABERTURA;

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio): Boa tarde, pessoal. Vamos iniciando. Hoje, não temos nenhum processo das comissões, não deu tempo. Vou trazer algumas devoluções de reuniões que nós tivemos e algumas questões que temos que encaminhar. Ontem, o Mincarone e eu estivemos na FASC para uma reunião de ajuste de fluxo, pensando na resolução que fizemos agora de repasse dos 9 milhões, que é para auxiliar no pagamento das instituições no serviço de convivência ou da assistência de forma geral. Nós nos surpreendemos, na verdade, com algumas burocracias que achamos que não existem, mas existem muitas. Estava a Viviane, o Alexandre, o Cordeiro, a Rochele, a Jennifer. Uma das primeiras questões, só para reconstruirmos, foi: onde está o valor da emenda? Lembram, nos primórdios, que tem uma emenda de 5 milhões? Estávamos tentando saber: cadê o dinheiro dessa emenda? Porque, para começarmos a pensar em desenhar um aditivo, apostilamento ou qualquer outro documento, o dinheiro tem que estar aqui. Cadê o dinheiro? "Ah, o valor da emenda...". Aí tem que ver com a Fazenda. "Ah, mas aí tem que ver não sei o quê". Parece que há muita dificuldade, e olha que fomos sentar para

conversar exatamente para não ter dificuldades. Eles estavam com muito bom grado, de boa vontade, não é o problema, mas me parece que daqui a pouco estaremos como na Resolução 87 da enchente, um ano depois e ainda na mesma posição. Não dá para fazermos isso. Ficamos com algumas demandas. Primeiro, o Alexandre ia verificar com a Secretaria da Fazenda sobre a emenda, para mapear exatamente onde está e destinar o dinheiro para... **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Essa emenda está no orçamento da FASC. Eu mandei para ti. Ela está lá no orçamento da FASC. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Mas eles não encontram dentro da FASC. Eles não dizem que está lá. Eu desconheço se é extrato bancário que tem que ser tirado, mas não está ali. O Funcriança também ia fazer uma provocação para a Secretaria da Assistência, solicitando, via SEI, uma previsão mensal, como se fosse um plano de trabalho, para colocar dentro do SEI. Elas iam fazer isso ontem, mas não me enviaram nada, não sei se conseguiram. A partir disso, eles acharam melhor, ao invés de um apostilamento, fazer um termo de aditivo. Já que vão fazer um aditivo nos termos, passando da FASC para a SMAS, eles já poderiam pegar o mesmo termo e fazer um aditivo junto para realizar essa passagem, o que ficaria mais prático, já que é com o que já estão trabalhando. A previsão deles para fazer esses aditivos é agora, em junho. Só que nós queríamos que este recurso entrasse já no final de junho para as instituições. Eles trouxeram algumas dificuldades, como, por exemplo: são 254 termos que a SMAS tem. Desses 254, todos têm que passar ou por apostilamento, ou por aditivo, ou o que for. E o setor do SECON, que vai coletar a assinatura. Um setor da Prefeitura fez uma combinação com eles de que pode, por semana, receber 35 aditivos. São 254 por semana... Não sei calcular, mas não vai dar até lá. Não dá até o final de junho, que é quando precisamos. Porque, para ir para pagamento, tem que estar tudo pronto até o dia 20 de junho, digamos. Então, provavelmente não vai acontecer. Nós temos que pensar... E ontem falei com o Lino, que é da Coordenação do Fórum, para pensarmos em alternativas junto com as instituições. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Uma pergunta, Carol: vocês discutiram a uniformização? Porque também facilitaria a meta ter o mesmo valor para todas. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** É a segunda parte da "novela mexicana". Para terminar aqui, Frei, sobre essa questão: quem participa das plenárias do Fórum com as entidades sabe que já faz duas ou três plenárias que nós, como Fórum e como conselho, estamos "apanhando de tudo que é lado". Estamos sendo muito

questionados pelas instituições sobre a negociação que estamos fazendo com a Prefeitura. E as instituições, de certa forma, já estão querendo ir para a frente da Prefeitura há muito tempo. Então, eu trouxe para o Lino que as instituições não vão aguentar mais dois ou três meses para o pagamento entrar. Não vão aguentar. Nós estamos aguentando desde janeiro. Vamos pedir, com urgência, uma nova reunião com o Centro de Governo para podermos alinhar com todos, porque não vai dar, não vamos conseguir segurar. Estamos segurando desde janeiro. Nenhuma instituição consegue compreender os prazos de burocracia da Prefeitura. Eu compreendo que existem questões legais, mas só poder trabalhar com 35 processos por semana, só poder fazer não sei o quê... E lá na ponta, você tem que atender 300 por dia. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Ainda mais se uniformizar o valor da meta para todos. Aí os termos aditivos, o texto fica o mesmo, mudam os dados de cada instituição. Os dados da Prefeitura são os mesmos, e o valor da meta, conforme o número de atendimentos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Só que o que eles nos trouxeram, Frei, é que isso não será para agora. A parte dos 6 milhões que aportamos para qualificar as metas não seria para este momento. Seria, neste momento, só a inflação, de 5,06%, que é mais tranquilo de fazer, porque é só dar o aumento para todo mundo. Chegar no valor de meta mais igual requer um plano de trabalho para justificar por que uma instituição está ganhando 20 e a outra, 70. Mesmo que seja o mesmo objeto de parceria e serviço de convivência, ainda assim precisaria disso. A Viviane até trouxe que vai ser aberto agora um edital para serviço de convivência em uma região, e eles estão fazendo um plano de trabalho para embasar este edital, que terá o valor de meta e a justificativa dos gastos. A gente poderia partir daí. É uma possibilidade. Mesmo assim, o Mincarone ficou com a incumbência de tentar trazer um valor aproximado para as instituições, mais próximo, né, Mincarone? E aí estamos vendo, com esse valor de 6 milhões, o que conseguiríamos atender. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** O Alexandre, do financeiro, mandou mesmo uma atualização de dados. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Ah, mandou? Certo. Eu vi que tinha chegado algo. Nós pedimos ontem para eles uma listagem com o nome da instituição, quantidade de metas, qual o serviço, qual o valor do repasse. Porque nós tínhamos duas ou três listagens que não se conversavam. E tudo de dentro da FASC. Uma dizia: "Não, mas a minha listagem que eu te mandei é que está atualizada". Daí o outro setor: "Não, mas a minha listagem está atualizada". Então não dá. Às

vezes, até de períodos diferentes, já há divergência. Então, teremos que sentar com o governo para alinhar a questão do fluxo. Quanto ao COMUI, ontem a Elisiane me ligou no final da tarde dizendo que aprovaram, graças a bom Deus, a resolução também com recurso para os idosos. Foi 600 mil para não sei o quê, não anotei, não vou saber dizer, mais 700 mil para não sei o quê. E vão manter também um outro edital por mais um período e vão abrir outro edital. Então, acho que o serviço para o idoso também vai ficar um pouco melhor e mais qualificado. Conseguimos por parte dos conselhos. Agora, precisamos que a Prefeitura agilize os processos. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Carol, é importante também levar a questão da força-tarefa que eles falaram que iam fazer com os servidores da Fazenda. Porque a FASC teve 34 PTDVs (Programas de Desligamento Voluntário). Eles disseram que não têm RH, por isso que não vão "rolar" essas questões de aditivo. Eles perderam 34 servidores que se aposentaram, etc. Então, uma das propostas é saber sobre a força-tarefa que iriam fazer para os aditivos, porque isso tem que estar na pauta com a Prefeitura. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Sim, falta quadro em todo lugar, essa é a questão. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** No passado, até a Coordenação do Fórum foi para lá para fazer planilha. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** O que poderia se tentar, do ponto de vista jurídico, seria agrupar. Porque o primeiro reajuste que vai ser dado é o de 5,06% para todo mundo. Eu acho que foi no ano passado, com a SMED, para os berçários, que eles fizeram blocos de aditamento e vários assinavam. Entravam no processo SEI e cada um assinava o seu. Então, o que eu acho que poderia ser pedido é a mesma coisa. Em vez de fazerem 224 termos de aditivo, fariam um, dois ou três termos de aditivo, não importa quantos, e cada um vai lá no processo SEI, entra e dá a sua assinatura. Eu lembro que, quando assinei o nosso, já tinham umas oito ou nove entidades que tinham assinado antes de mim, no ano passado. Se é viável e se fizeram isso na SMED, eles podem fazer. Ainda mais que o valor é o mesmo. Então, você pega os 5,06%, coloca nos termos aditivados o reajuste, trocando de FASC para SMAS, trocando o CNPJ tal por tal, tudo em um termo grande em que qualquer um possa assinar. Se a PGM aceitou no ano passado com a SMED, não sei por que não aceitaria agora. Acho que seria o caso... tem reunião com a procuradora amanhã? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**

(Topogigio): Não. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Então, já podia falar para ela. Eu não sei se você lembra, eu assinei lá o nosso termo, que foi assinado por umas oito ou nove entidades. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Eu acho que são alternativas, porque teremos que procurar, dentro da Prefeitura, alternativas para diminuir este prazo. Hoje é dia 21. Nós temos menos de 10 dias para ver com a prefeitura como vai ser. Porque, como eu disse para o Lino, para mim, quem já tem que estar na plenária é o Prefeito, o André Coronel e o secretário da assistência. Porque eles é que têm que levar a resposta, não mais nós. Porque não dá. O pessoal já reclama, já briga, "já chuta as canelas" ali. É isso. Não tem mais como a gente segurar. Não tem como ficarmos protelando. Até quando? **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** O problema é que todos os anos é a mesma coisa. A gente sempre recebe com, no mínimo, três meses de atraso, proativo, quatro meses. Acho que o mínimo que foi, foram três meses. Agora, a Carol está sendo otimista com o que ela ouviu ontem, de que vai dar para pagar no começo de julho. O Alexandre falou que tem que estar tudo lá para ele fazer os processos até 15 de junho. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Até o dia 15 de junho. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Quinze de junho. Faltam 20 e poucos dias, 25 dias. Ele não vai conseguir. Não conseguindo, vai ficar para agosto. Vão fazer em julho para pagar em agosto, se não tiver um problema com a PGM no meio, nem nada. Isso não acontecia antes. O que a gente vê é que, apesar de haver uma pseudomodernização de sistemas e tudo, o processo está mais demorado, mais lento. Eu acho que precisa colocar uma pessoa ali junto que tenha... Quem ajudou muito a resolver o nosso problema no ano passado, dentro da SMED, que estava uma confusão geral, foi a Melissa, aquela que estava coordenando o pagamento. A Melissa. Tem gente que tem dificuldade de lidar com ela, para mim é uma maravilha, porque ela é 100% objetiva. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Eu disse para o Mincarone: "Tu que vai lidar com ela". A gente vai ter que ir para a reunião com o governo para poder agilizar. Eu ia mandar uma mensagem ontem para solicitar uma reunião, mas não mandei. Hoje eu faço isso para a gente poder agilizar essa reunião, porque não tem muito o que fazer se esse recurso não entrar logo. E aí, como eu digo, para a folha de junho, faz um suplementar, mas que faça. Tem que fazer alguma coisa. Na mesma linha, a resolução 87, que é da enchente, a Viviane trouxe que está na minuta do

termo, na PGM, e que o pagamento ainda vai ser no mês de maio, na conta da instituição, que foi uma promessa que o secretário fez e aí está cobrando dela, mas ela ainda disse que é muito complicado. Só que, como eu trouxe para ela, são sete instituições. Sete. Aí o Alexandre trouxe que tudo é prioridade, vocês têm que decidir o que é prioridade, tudo é prioridade. Dinheiro na conta da instituição é prioridade, senão não vai executar o serviço, é a prioridade. É que, como eu digo, eu compreendo, mas não aceito. Ontem, surgiu uma questão sobre o recurso não ter sobreposição. E aí a gente trouxe que não há sobreposição de recursos, porque é a mesma criança, mas são ações diferentes. "Ah, não, mas o objeto é o mesmo. Se é educação infantil, se é acolhimento, se é qualquer questão, é o mesmo objeto". Tudo bem, entendemos, mas ainda são ações diferentes. É a mesma criança, é a Carolina que está lá na ponta, mas a Carolina, naquele momento, ela vai poder, com o projeto, com a proposta, ter uma oficina melhor, uma alimentação melhor, ela vai poder, naquele período, ter uma qualidade de atendimento um pouco melhor. Mas eles não entendem desta forma. E aí chegaram a dizer de que não seria possível mais fazer assim, porque está se trazendo como sobreposição de recurso. Então, se deu uma luz de que poderia ser feito direto para a secretaria de origem. Digamos, vai fazer um projeto para qualificar a educação infantil, então a tua secretaria de origem é a SMED. Então, o fundo passaria recurso para a SMED para fazer um aditivo na tua parceria para atender. Entende? Aí, eu disse que não, que a gente não ia aceitar. Também pedi, "E aí, né? Ajuda". Aí eu disse para as gurias: "Ajudem, gurias, vamos lá". Aí a gente disse: "Não, assim não". **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Nem pode ter outro, receber de fundo a fundo porque já tem um débito com o TCE. Porque não poderia pagar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Pois é. Uma coisa é de eventualidades, como pensando em CMDCA e Fundo. É uma eventualidade como a enchente, uma eventualidade, ok. Mas tornar um hábito, tornar como se fosse uma emenda impositiva, não. Isso não, porque a gente tem que fortalecer o fundo, tem que fortalecer o Conselho. E não tirar serviço! Me pareceu um pouquinho até que era para tirar serviço do fundo um pouco. Mas é parte do serviço do fundo. Então, se for o caso, a gente aumenta o quadro do fundo, aumenta o quadro da secretaria para a gente poder fazer o serviço que tem que ser feito. Por isso que é importante a presença de vocês nessas reuniões, porque surgem questões e, às vezes, como eu brinco, eu não sou tão boa de mensagem subliminar, mas, às vezes, as mensagens subliminares passam na frente da gente,

que, se a gente não pegar, a gente fica depois para trás. Outra questão, outra reunião que a gente teve agora de manhã foi com o Conselho Tutelar, que daí veio o Leandro e o outro conselheiro também, o Édson. E aí eles trouxeram um evento em que eles vão fazer no dia 1 de julho, que é em comemoração aos 35 anos do ECA. Lá no Cubo da OAB. É o dia inteiro. E aí nós já estamos convidados e convocados. E também todo o período, vai ter vários eventos até o aniversário do ECA, em todo em julho. Então, depois eu vou estar compilando todas essas agendas para a gente poder estar participando. Interessante que, ali, eu, o Frei e os dois conselheiros, a gente pôde trocar várias informações, de questionamentos, de trocas. E uma das questões foi de que assuntos para formação, em que nós estamos buscando também assuntos para formação, para poder fazer um seminário em parceria também com a instituição lá da PUC. E aí também eles se encarregaram de nos trazer. E também fizeram uma provocação da gente fazer visita nos conselhos tutelares. Porque eles trazem de que é importante, e é realmente, nós estarmos mais próximos ainda, vendo as fragilidades de estrutura, de serviço, de tudo, né? Porque a gente sabe o quão difícil é e quantas fragilidades são ser conselheiro ou ter os conselhos tutelares. Acho que é isso, né, Frei? Querem falar, Paulinho e Mumuzinho? **Guilherme Fagner da Silva Pereira, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Na semana passada, quinta-feira passada, dia 15, a gente teve a reunião com as redes, lá no prédio. E foi trazido vários pontos. Fiz as atas e as redes começaram a informar, relatar ali os problemas que cada uma tem. E uma delas, que é a do CRAS lá da Glória, ela informou que eles não têm carro para fazer os acompanhamentos, que eles estão com buracos nas salas. E daí uma das pessoas lá sugeriu que, para sanar esses problemas de estrutura, seria pegar uma parte da verba do FUNCRIANÇA, né, CMDCA, para estar dando estrutura para eles, arrumando o carro, arrumando o que está estragado. **Carolina Fraga, Associação Cristã de Moços – ACM:** Para o conselho da 5? Ou para o CRAS? **Guilherme Fagner da Silva Pereira, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Para o CRAS. Mas não só para o CRAS, é porque cada um relatou seus problemas. Então, o que foi sugerido como solução seria pegar uma parte do fundo para estar dando estrutura para... **Carolina Fraga, Associação Cristã de Moços – ACM:** A Prefeitura tem convênio de carro para os CRAS. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** O Partenon também está sem, desde setembro, e ontem mesmo eu recebi um e-mail informando que já está para a licitação e contrato para suprir essas necessidades dos

CRAS. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** É que os carros do CRAS, ele é por licitação, né? E aí é locado. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Os veículos locados dos CRAS foi tudo com recurso de reprogramação da PSE e PSB, no que tange o Fundo Nacional de Assistência Social. Passou pelo CMAS. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** É, inclusive, ficou na reunião que nós tivemos, que aquele recurso do BID que vem, que a prefeitura empresta, que ia ser assinado na rede socioassistencial, uma boa grana. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Que não chegou até hoje, faz 10 anos que está vindo esse dinheiro aí. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** É que esses agora, assim, embora ele esteja... embora ele seja pactuado, vamos dizer assim, com o BID, mas é, o último processo, ele é mais demorado, porque tem toda uma burocracia por trás. Os documentos vão e voltam, e assina. Até chegar esse recurso, então, ele vai demorar um pouco mais. Está garantido, sim, o valor para a assistência, sim, mas ainda não chegou. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Desse pedido da rede para nós consertarmos o CRAS, não tem cabimento. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Não, eu não sei... mas eu ainda vou lhe dizer assim, então, vai do Fundo Nacional de Assistência Social. Os veículos locados, e passou semana passada, houve uma intenção também do Governo Federal de mandar para reformas ou para o CRAS de algum equipamento, isso também passou no CMAS. **Guilherme Fagner da Silva Pereira, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Quem sugeriu isso não foi o CRAS que ele falou na verdade, foi uma outra pessoa que estava na reunião lá que deu essa sugestão. Não sei se a mulher do... sei lá, quem conhece... [Falas concomitantes]. Uma outra rede lá também reclamou que teve um evento em 2023, lá na PUC, e que foi repassado todas essas informações, reclamações, e que até hoje nada foi até hoje resolvido, continuou com os mesmos problemas. E daí eles também sugeriram que, como a senhora falou, que o CMDCA e o COMUI fossem até a rede para enxergar os problemas, as deficiências que tem, e ver qual a solução que a gente poderia fazer para ajudar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** A gente vai ter que ir para as reuniões com o governo, pra gente poder agilizar. Eu acho que às vezes é um desconhecimento do que é o CMDCA, para que serve o fundo. Então, é importante a gente pegar e começar a se fazer

presente como conselheiros dentro das redes dos territórios. Né? Para que nós possamos já fazer essa escuta. Então, acho que a gente vai ter que fazer essa circulação um pouco mais. Antigamente, a gente conseguia fazer já saber: "Ah, eu sou do Partenon, então já vou lá no Partenon. Ah, o outro é da Leste, já vai lá, não sei quê". Então, acho que isso a gente tem que mapear de novo para a gente poder fazer. É tanto número, é! Mas ele já está destinado, já tem um valor. Tem lei para o que a gente pode e o que a gente não pode. Então, não é assim, "Ah, vamos fazer o que a gente quiser, vamos lá, deu na telha, eu vou gastar". Não é isso. Né? Não é desta forma. Até para isso, quando for o caso, a gente vai ter que fazer 10 projetos para fazer os orçamentos. Então, tem de toda uma forma diferente. Vamos lá!? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Pode ser na minha pauta já, Carol, do recadastramento? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Pode. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Só para lembrar o pessoal, para dar um retorno. Ontem, eu e o Mumuzinho, estivemos em contato com o pessoal da Coordenação do Forte, né, e o Pró-Jovem, para fazer uma reunião junto da gente, para quê? Para a gente ter um diálogo e novamente tentar trazer os adolescentes, como era antes do Embaixadores do ECA. E todos os embaixadores do ECA, aqueles adolescentes, eram do Trabalho Educativo e eram do Pró-Jovem. Então, o processo ficou parado, porque a gente tinha escrito um projeto dos embaixadores, e ficou depois que o Everton saiu do CMDCA, foi para outro estado, então ficou parado esse projeto. Teve outra ideia do OP da Juventude, no qual esse OP fazia parte do projeto de embaixadores, então ficou esse conflito e ficou parado. Então, sem esse recurso aí, mesmo assim, a gente vai tentar, com o Forte e o Pró-Jovem, o Fórum, para retomada desses adolescentes nesse período agora, para depois a gente dar continuidade nesse projeto dos embaixadores, dar continuidade aos embaixadores do ECA, mesmo com nós do CMDCA, mesmo que seja um ou dois conselheiros para acompanhar eles e os coordenadores. E já aproveitando para trazer eles também para a Comissão Eleitoral, Comissão da Conferência da Criança e do Adolescente, porque todos os anos o CONANDA sempre recomenda que os adolescentes participem da construção. Então, esse é um dos objetivos também. Mudando de assunto agora, sobre o recadastramento que a gente já tinha falado algumas plenárias atrás, como a gente ia fazer e quando. Então, já tinha determinado que ia ser em junho, quando vencem todos os atestados de funcionamento, e a melhor forma da gente fazer mais fácil e mais prático é com o Google Forms. Então, a gente, umas duas reuniões, o Ed construiu ali,

junto, assessorado pelo Gustavo também, que já tinha feito lá no Fórum, nós fizemos um formulário onde a gente vai apresentar aqui agora. A gente pediu a Francine ali para fazer um treinamento, antes de 15 minutos então dava para preencher todos os dados ali. Então, a gente vai apresentar aqui rapidamente e na próxima semana a gente vai aprovar a resolução do recadastramento, e dia 30 já vai estar no DOPA, já falei com o Luís Paulo lá do FUNCRIANÇA, para dia 30 então ser publicado no DOPA. Aí, dia primeiro, quando inicia ali, 1º de junho a 30 de junho, é o período de recadastramento, já recebendo o atestado de funcionamento por dois anos, a validade. Então, obrigado, Érico, pode vir aqui. Ela vai expor ali. **Érico, Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Mas, enfim, como o Paulinho explicou, o CMDCA procurou o apoio do Fórum para construir esse formulário online para otimizar esse processo de recadastramento. Então, ele foi baseado no formulário que a maioria já conhece, com alguns dados baseados no anexo cinco da atual resolução número 100 do conselho e também no anexo número... Acredito que é isso, do requerimento. Com a diferença que os documentos, a intenção é que as OSCs possam enviar o documento de cadastramento diretamente no formulário, ao invés de mandar por e-mail para a secretaria executiva do CMDCA. Então, se quiser descer a tela. A ideia sugerida é que ele seja, que esse formulário seja preenchido para cada situação, ou seja, para as OSCs mantenedoras e também para as unidades executoras. Preenchimento individual, cada uma das situações. Porque existem OSCs que têm duas unidades executoras e tem outras que têm até seis ou mais. Então, a ideia é que o conselho possa ter as informações de todas elas. Se ficasse num único ato de preenchimento, chegaria num limite de quantas unidades executoras seriam possíveis de fornecer informação. Então, se quiser preencher qualquer um... O caso aí, só selecionar. Lembrando que todos os campos, quase todos eles são obrigatórios, ou seja, as informações essenciais que constam hoje nos anexos da resolução 100, que são obrigatórias nesse formulário. Tem que preencher o e-mail. Não precisa ser um e-mail, pode preencher @qualquercoisa. Aí já começa, então, solicitando, né, informando qual é a documentação requisitada. Como consta hoje na Resolução 100, há um requerimento de cadastramento. A sugestão é que permaneça existindo esse requerimento, já disponível o link para download. Pode clicar nesse primeiro link. Porém, esse requerimento, ele vai constar o quê? Somente o nome do responsável legal, o nome da OSC, data e um campo para assinatura. Essa assinatura, evidentemente, também digital, né? Porque o restante das informações hoje solicitadas nesse requerimento já vão constar no formulário. Não tem por que o responsável preencher duas

vezes esses dados. E para o preenchimento, já fica disponível ali no segundo link. Pode subir um pouco a tela. A gente está no primeiro item ainda, tá, requerimento. Já tem ali a sugestão de onde assinar, né? No serviço do e-Gov. Então, o responsável pelo preenchimento baixa o requerimento, coloca os nomes, assina e fica com esse anexo pronto para fazer o upload. Depois, os outros itens que constam já no anexo 100, que é cópia simples do Estatuto Social registrado em cartório, o CNPJ. Quem não tiver em mãos está ali o link para fazer a reimpressão, a ata atual da diretoria, cópia do documento do representante legal. Também a cópia do comprovante de residência do representante legal, comprovante de endereço da OSC. Cópia de procuração, esse sim é opcional, comprovante de endereço no nome da OSC. O plano de prevenção contra incêndio ou documento equivalente, no caso simplificado, né? E o último documento, são 10 documentos, até 10 documentos, é o atestado de funcionamento do CMDCA de outro município. Esse também é opcional para quando a OSC não tem a sede aqui. Então, aí estão os campos de upload. Eu só vou pedir, então, alguns segundos para a colega preencher esses campos. Pode subir qualquer um. **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Não tem como pôr editor para outra pessoa? Não tem um link da pessoa que criou? É só para facilitar. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Eu acho que não dá para ser um para cada mantida filial. Pô, a gente vai ter que ficar preenchendo papel, papel, papel, formulário, formulário, formulário. Deixa umas duas ou três linhas ali, ou no link, pode-se, até cinco no um. A gente faz cinco, cinco, cinco, mas tem um que tem oito, dez, então faz dois formulários. **Érico, Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Não precisa preencher todas as unidades do outro. Tem que ser obrigatoriamente pela resolução? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Como está sendo hoje, sim. Mas a gente vai mudar, porque a gente vai querer saber de todas as unidades executoras e onde elas estão. **Érico, Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Para resolver isso, o problema é que preencha uma de cada vez. Sim, tem que ter as informações de todas as unidades. E não só de cinco ou de seis. Ah, vou preencher de novo, como mantenedora de novo, eu tenho um registro duplicado da mantenedora só para responder os dados de mais duas unidades que eu criei, não faz sentido. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Então, o que o pessoal sugeriu foi fazer assim: monta esse formulário, preenche a mantenedora. Aí tu abre outro formulário... melhora do outro, tem cinco, seis, sete, oito, outro, tu bota lá: só uma pergunta em relação,

uma orientação: "Relacione todas as suas sucursais, unidades". **Érico, Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Mas a ideia, Mincarone, é que o CMDCA possa ter, de fato, dados consolidados das unidades executoras. Quantas crianças são atendidas e de qual serviço? Qual é o endereço da unidade? Qual é o telefone da unidade? Se só abrir esse campo sucinto, vai ficar um campo não estruturado de informações, onde o CMDCA não vai poder filtrar, não vai poder dar uma informação rápida e precisa. A ideia é essa. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Não, eu entendi. Só que assim, se a gente fizer um cola-copia, vamos dizer assim, da mantenedora, e aí abre os outros links para as executoras. Não tem como? O que eu quero é um link. Eu entrei no link e saí, tá? É isso aí. Abre uma janela, abre, seja lá o que for o nome. Mas a faz para as unidades executoras. E aí eu entendi que o Mincarone está falando. Por exemplo, eu preencho da mantenedora. Eu tenho oito executoras, tá? Eu preencho cinco mantenedora e cinco executoras. Aí depois eu copio a mantenedora e mais três executoras. Eu preenchi, na verdade, duas vezes, e não dez, oito vezes. **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Qual é a limitação que tem? Ou de cinco em cinco? Existe limitação? É só para facilitar. Se você tem possibilidade de vincular o preenchimento, abrindo uma janela nova ou uma pergunta nova, só se você responder sim. Então, ali pode ter uma pergunta: "Você tem mantenedoras?". "Não", pula para os anexos. "Sim", abre uma nova página só para quem respondeu sim preencher as mantenedoras. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas as mantenedoras precisam de informações que são... [Falas concomitantes]. Mas aí dá a ilusão de que está preenchendo uma vez só. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Primeiro lugar, mantenedora, se tem mantenedora mais de uma, são outras entidades, porque cada uma tem um CNPJ raiz diferente, tá? Então, em princípio, o Calábria, por exemplo, tem três mantenedoras, se não me engano, tem outros que têm uma, outros têm duas. Aí sim, um formulário para cada mantenedora. Agora, eu não sei, a minha colega aqui ao lado soprou que pode anexar formulário, anexar alguma coisa no formulário. Se puder, a gente monta uma planilha, um modelo padrão de Excel, paisagem, com as colunas, muito melhor, muito mais prático. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Não, não vai, não. Não, não, o preenchimento tem que ser os dados. Porque a ideia é a gente preencher online para depois lá na planilha que vai gerar tudo, a gente colocar lá no Partenon, quantas educação infantil tem?

Aí ele vai puxar só a educação infantil, não é? Não, você tem que ser passo a passo. E isso, aí ok. O que eu penso assim, tipo, por exemplo, o que a Duda falou ali: "Você tem unidades executoras?". "Sim" ou "não?". "Sim", abre daí a quantidade de uma, de executoras em que a instituição vai ter. E aí, sim, preenche três, quatro, cinco, com todos os dados que a gente quer. É uma ilusão para a instituição? É. Mas ela vai achar que ela está preenchendo uma vez só. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** É rapidinho, olha aqui, Mincarone, levaram 15 minutos para preencher um formulário. Cada unidade vai repetir as informações... É bem simples, não é complicado. **Érico, Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** O que vai consultar é nos anexos. Essa segunda janela, vai ter que ter alguns dados repetidos sobre a mantenedora, senão não tem como associar. Porque senão tu vai gerar uma segunda planilha, tá, onde você não vai conseguir associar a que mantenedora essa unidade pertence. Então vai ter que repetir alguns campos. Esses são campos, quase os mesmos. **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Mas o atestado de funcionamento, ele é emitido um para cada filial ou é só o da matriz? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É só o da matriz, com a listagem das filiais. **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Então, uma resposta para cada um não nos daria, inclusive, um retrabalho de número de OSCs? Porque estariam repetidas ali. **Érico, Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** É que você vai filtrar pelo número de registro. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Tá, mas, por exemplo, hoje, quando a gente estava analisando os projetos do CEDICA, que tinha só o atestado da mantenedora, e a gente recebeu o CNPJ das executoras, a gente teve dificuldade de fazer esse link quando não aparecia o nome da executora naquele atestado. Então, hoje a gente já viu um problema de ter só um atestado único para a mantenedora. **Érico, Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Mas tem que ter a listagem das unidades. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** É, mas tinham alguns atestados que não tinham a listagem. **Érico, Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Porque não existe uma planilha centralizando essas informações. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É que, a documentação do CMDCA, a gente não pode dizer que ela está correta, porque faz muito tempo em que não é atualizada. Por isso que a gente está tentando chegar nisto. E aí, a gente vai ter que pensar o que a gente quer de retorno. Tá, mas mesmo

assim, mesmo não sendo o Ó, né? Mas assim, o que a gente pede de retorno? Nós vamos querer de retorno poder ter este olhar de atendimento, de vazio de atendimento, pelo filtro, né? E poder fazer esses dados serem os dados, na verdade, né? Então, a gente vai ter que fazer tanto por mantenedora quanto por executora. Aí, o que tu estás trazendo, ou aí a gente traz para nós, ou a gente vai acabar repetindo os dados lá quando for preencher a executora, mas tudo no mesmo formulário, ou a gente vai abrir um formulário praticamente para cada executora. Vocês que estão mais na ponta da instituição, que preenchem isso, o que é melhor ou o que é menos briga? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu só fiquei numa dúvida. No nosso CPCA, nós só temos um único CNPJ. A sede faz a gestão de todos os polos, nós chamamos. Tem o polo lá de São Francisco. Não tem outro CNPJ. A contabilidade, todas as notas são emitidas como se fossem as compras, tudo numa unidade. E os polos, todo o material, desde a alimentação, para as equipes todas, elas são daquele CNPJ, não tem um CNPJ com final diferente. É um único. Mas tem polos de atendimento. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu entendo, eu entendo que esse polo, ele estando em outro endereço, eu entendo que ele já é uma unidade executora. Mesmo ele não tendo CNPJ, final diferente ou coisa assim, sabe? Porque, vamos pensar em captação de recurso. Quando vai captar recurso, a gente capta recurso para o CNPJ "x", 0001 lá no final, né? E aí, tu vai colocar onde que tu estás aplicando aquele recurso. Aí tu coloca lá, São José 29 e São José 152. Eu vou na 152. Aí, não é na 152, é lá na 29. Não. É na 152 que tem que estar aplicado o dinheiro, não na 29. Tu não botou na 29. Entende? Então, tu tem que colocar, porque depois lá no projeto, lá também vai bater. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** O que é importante ter uma foto do real, porque também tem gestões diferenciadas com níveis de autonomia. Nós optamos por um modelo mais centralizado quando criamos os anexos para estar mais próximo das comunidades mais carentes, e ficou um modelo, inclusive as metas do convênio, nós temos um convênio de 260 crianças no serviço de convivência, tem, eles são divididos nas unidades da Lomba, tudo lá na Lomba, na formação, em três endereços. Quando a gente faz o plano de aplicação, ele está dividido ali, está explicado onde foi o material, inclusive o histórico. Comprei 10 ventiladores, três foi para aquele endereço, três para aquele. Está dentro do plano de trabalho. Então, depende como se olha. **Érico, Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** É que é o seguinte, eu estou vendo assim, pela questão de você poder analisar dados e

evidências para elaborar políticas públicas na cidade. É nesse sentido que eu estou, que está proposto o formulário. Acho que a adequação é viável, dá para fazer a adequação. Só não dá para, eu, né, na minha perspectiva, não dá para fugir de fornecer os dados dos polos, dos núcleos. Porque senão, né, como é que o Conselho de Direito da Criança vai poder analisar numa região tal, eu tenho tanto atendimento ou não tenho atendimento em determinado serviço? Então não dá para fugir disso. Eu acho que o Conselho deveria se apegar a isso. Como preencher, aí sim, dá para fazer adaptações, colocar, desde que daí faça um bom manual de orientação. Aí fica a cargo dos conselheiros, para dizer como que vai preencher N vezes para as unidades, ou pólos, ou núcleos. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Então, vou dar um exemplo mais ou menos que a gente faz lá na instituição. É, a gente tem, e não é igual, não tem, mas algumas coisas até podem ser parecidas. Por exemplo, onde a gente tem um local fixo, permanente, é considerada uma unidade executora. Se a gente tem, por exemplo, o ProJovem que vai ser espalhado, não dá para tu dizer que tu vai executar ele naquele local sempre. Porque às vezes é até num CRAS, às vezes é em outra entidade. Então, assim, o fixo é unidade executora. E tem as unidades múltiplas executoras, que na verdade não são unidades, são múltiplos locais. Que aí é outra coisa. Assim, a sugestão, a gente lá nós montamos tudo com o CNPJ. Tem uma relação de CNPJs, vai o final 0001, depois tem outro, 02, 03, até os que tem fora de Porto Alegre. Então, a gente tem vários. Tudo isso aí está numa planilha de Excel. Então, tem uma página, nós temos uns 30 CNPJs, contando os outros de fora de Porto Alegre. Então, ali está tudo numa planilha de Excel. E está adaptado perfeitamente com uma planilha que tem mais entendimento. **Érico, Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** E isso é tudo o mesmo responsável legal ou há procurações? Ou tem procuração com o responsável legal? **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** É o mesmo, é uma mantenedora, por isso que eu digo. **Érico, Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Mas na unidade A, por exemplo, há procuração para que outro representante responda legalmente pela unidade com o CNPJ de Pelotas? Isso também acontece. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** A procuração, ela pode ser feita, a procuração é uma coisa mais complexa. Pode dar uma procuração para todas as unidades, que é o que a gente faz, ou uma procuração só para Belo Horizonte, por exemplo. Eu acho que seria bom vocês estudarem casos como esse assim, para ver o que é mais viável. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de**

Porto Alegre – ASAFOM: Lá nas escolas ele tem 19. Nós temos mais de 350 instituições na cidade que está com tudo defasado. Então, acho que esse é o momento de aproveitar o fórum, o Ético que está disponível para ajudar o Conselho. **Érico, Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Eu sugiro a gente olhar para todo o formulário e daí a gente veja o que realmente não interessa para o caso de uma unidade executora. Pode ser assim? Tipo, essas informações não interessam à unidade executora. A gente monta um segundo formulário e faz as adaptações sugeridas. Pode ser assim? **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Pode fazer um que vai ficar para a base para as unidades executoras base e depois aí aquelas que têm mais um modelo mais. **Érico, Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Que é fornecer o nome da organização, nome fantasia, é opcional, não é obrigatório. CNPJ. O CNPJ já com uma máscara de preenchimento, né? A pessoa tem que preencher nesse formato com ponto, barra, hífen. Telefone institucional, e-mail. Site, endereço. O site não é obrigatório. O bairro é uma listagem para que não tenha erro, como é comum de acontecer a pessoa preencher lá "Cavalhada" e aí já fica ruim de filtrar aquilo no dia a dia. Então é uma listagem com todos os bairros, acredito que estão todos. CEP também com máscara de entrada. A região do Conselho Tutelar, se porventura a pessoa não souber a região do conselho, está o link ali para consultar. E região do Orçamento Participativo. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** O OP são 17 regiões, né? O CT são 10. E às vezes tem micro que se divide em três. Tem uma da micro, uma micro do CT, tem duas do OP. O representante legal, o cargo ou função. **Érico, Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** O indireto, aí vai responder o indireto, porque se for indireto, não entra nos outros. Se tu é indireto, tu preenche aqui. Se tu é direto, tu preenche conforme o serviço que tu tem lá em cima. Aí, "nome e e-mail do representante". É algo que não consta na Resolução 100, no anexo 5. Mas fica a sugestão de manter, de ter essa informação. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É, eu acho que é preciso. Porque nem sempre o representante legal está em contato com o conselho ou com o Fundo para a Criança. Ou poderia ser talvez lá no anterior, telefone e e-mails para contato. Ou pessoas para contato. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** A executora, que era o coordenador que atendia a executora um, e o presidente, que era o da mantenedora. Então, são duas pessoas diferentes. **Érico, Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Dá para fazer é colocar mais campos de telefones. **Carolina**

Fraga, Associação Cristã de Moços – ACM: Porque daí tu separa o que é contato direto, o que é indireto. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Aí essas informações de registro da OSC. Número de registro e modalidade. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Dá para clicar nos dois? **Érico, Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Dá para clicar nos dois, mas tem que clicar em pelo menos um. Não dá para deixar em branco. Eu não sei se vai ser útil. Não, eu digo assim, de criar uma terceira opção. Ambas modalidades. Na hora que tu for filtrar, fica mais fácil. Se marcar nos dois. Aqui é a situação do PPCI. Esse campo aqui, eu não sei se vai ser mantido. Aí eu acho que tem que manter. Porque na primeira página já teve quem enviar o anexo, né? Sobre o PPCI. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tem que manter. Porque já foi um documento lá na primeira página. É, mas aí eu acho que tem que ser mantido sim. **Érico, Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Mas eu não sei se as opções são essas. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É que depois a gente consegue saber sem precisar abrir o documento. **Érico, Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Mas talvez trocar "alvará completo" por "vigente" e "alvará simplificado" por "vigente"? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** É, porque o nosso andar nem tem diferença pra gente. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** A função é de um alvará. O que vai variar é o tamanho e o tipo de obra. Porque isso já está lá na primeira página, entendeu? O tipo de documento enviado está lá. É, porque o meu formulário está escrito "simplificado". Ele é simplificado, mas é vigente. Então ele é um alvará. Eu acho que só bota alvará, protocolado e não possui. **Érico, Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** E a questão da data do PPCI, interessa? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Não. Porque isso aí é muito… **Érico, Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Mas a Prefeitura tem esses dados? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É para ter. **Érico, Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** E se não tiver? E aí se tem alguma coisa, um sinistro que acontece

no serviço para a criança, o CMDCA tem a informação, a Prefeitura não tem. No caso, a Prefeitura, o órgão que tem. Tem que pensar nessas questões. **Carolina Fraga, Associação Cristã de Moços – ACM:** Pode colocar, mas como não é obrigatório. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ah, então coloca ali, ó, hã, cadê o protocolado? O protocolado, período de protocolo, o alvará, período do alvará. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu colocaria agora só se tem ou não tem, ou se está em andamento. Data não. Complica. **Érico, Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** E é isso, acabou. [Aplausos]. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Pessoal do fundão. Vou fazer uma leitura das instituições e o nome do projeto. Pode ser assim? Vocês trocaram alguma coisa, vocês colocaram alguma observação? Então, foram, 59 instituições, nós colocamos por dupla, mais ou menos, né? Para poder fazer a análise da documentação ali. Eu vou ler o nome da instituição. Acho que só o nome da instituição já está bom, né? E aí, a gente vê aqui essas com ressalva depois, tá? Vou ler tudo, a gente trabalha só a questão das ressalvas depois. Então: **ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA LUTERANA DE CARIDADE, AELCA; ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO MARCOS; FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR; ASSOCIAÇÃO DE FAMÍLIAS E SOLIDARIEDADE, AFASO; ACOMARJA, ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES E AMIGOS DO JARDIM DONA LEOPOLDINA; PROJETO VIDA NOVA RESTINGA; SERVIÇO SOCIAL MARI TARRANGER; A CASA, ASSOCIAÇÃO POPULAR AMIGOS DA SAGRADA FAMÍLIA; MOVIMENTO PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, MDCA; INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PINGO DE MEL; FRATERNIDADE CRISTÃ ESPÍRITA; ASSOCIAÇÃO RITA E YASMIN DE ASSISTÊNCIA, EDUCAÇÃO E CULTURA; INSTITUTO POBRES SERVOS DA DIVINA PROVIDÊNCIA, CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SÃO JOÃO CALÁBRIA; FUNDAÇÃO TIAGO DE MORAES GONZAGA; ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL ESPORTE VIDA; ASSOCIAÇÃO INTERCOMUNITÁRIA DE ATENDIMENTO SOCIAL, AICAS; ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS, UNIDADE MORRO SANTANA; CLÍNICA DE ESPERANÇA; CLÍNICA ESPERANÇA DE AMPARO À CRIANÇA, CEAC; OBRA SOCIAL IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, OBICOM; MITRA**

DA ARQUIDIOCESE DE PORTO ALEGRE, PARÓQUIA NOSSA SENHORA APARECIDA; CLUBE DE PAIS E MÃES BUSCANDO O SABER; UNIÃO DE CEGOS DO RIO GRANDE DO SUL, UCERGS; CASA DE SAÚDE MENINO JESUS DE PRAGA; ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE AMURT-AMURTEL; SECRETARIADO DE AÇÃO SOCIAL; O PÃO DOS POBRES DE SANTO ANTÔNIO; ASAFOM, ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO FÓRUM MDCA; SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO E CARIDADE, INSTITUTO SÃO BENEDITO; BANCO DE ALIMENTOS DE PORTO ALEGRE; UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA; ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTA BÁRBARA DA RESTINGA; ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VILA MONTE CRISTO; FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESPORTE CLUBE INTERNACIONAL; CLUBE DE MÃES LEGIONÁRIAS DO TRABALHO; ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO CAMPO DA TUCA; ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS, VILA RESTINGA OLÍMPICA; ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PORTO ALEGRE; ASSOCIAÇÃO RECREATIVA SOCIAL E ESPORTIVA CULTURAL RESGATANDO MAIS UM; SOCIEDADE MERIDIONAL DE EDUCAÇÃO, SOME; CENTRO SOCIAL MARISTA DA JUVENTUDE; AÇÃO SOCIAL MURIALDO; ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO; ASSOCIAÇÃO DAS CRECHES BENEFICENTES DO RIO GRANDE DO SUL; ACOMPAR, AÇÃO COMUNITÁRIA PARTICIPATIVA; ASSOCIAÇÃO ESCOLAR DESENVOLVENDO O SABER; ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA VILA PANORAMA; CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS FAZENDINHA FARROUPILHA; CENTRO ASSISTENCIAL PAZ; ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS UNIDOS ESPERANÇA; ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA PRIMEIRO DE MAIO; INSTITUTO PASSOS; ASSOCIAÇÃO LIGA DE AMPARO AOS NECESSITADOS; SOCIEDADE DOS AMIGOS DO JARDIM INGÁ; ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA TERESA DE JESUS; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA CULTURAL E BENEFICENTE; INSTITUTO CULTURAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS; INSTITUTO BRASILEIRO E PRÓ-EDUCAÇÃO, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO; ASSOCIAÇÃO CT, CENTRO TERAPÊUTICO; INSTITUTO BESOURO DE FOMENTO SOCIAL E PESQUISA. Foram essas 59 instituições em que fizeram envio para participar do edital do CEDICA. Agora, o que a gente combinou, né? De

que nós vamos enviar as 59 instituições, a listagem para as 59 instituições e vamos enviar também aquelas instituições que tiveram algumas questões de problema. E aí, só para a gente deixar aqui o que nós temos de problema. Por exemplo, a Instituição Vida Nova Restinga, ela está com um atendimento indireto no atestado de funcionamento, né? Então, é uma questão que tem que ver. Tem uma instituição que é a Mitra, que também acho que é alguma coisa errada, que ela está com um atestado que não está válido, finalizou em dezembro de 2024. Então, essa instituição também não está com registro regular no CMDCA. Também o Clube de Pais e Mães Buscando o Saber, ela também não está regular porque ela também solicitou a reativação do registro também. A União dos Cegos, a UCERGS, ela também está com atendimento indireto, mas no projeto ela está com atendimento direto, tá? A outra instituição, o Secretariado de Ação Social, também está com atestado válido até 2024. O Banco de Alimentos de Porto Alegre também está com atendimento indireto e no projeto está direto. É, o projeto é direto e a experiência é indireta. A Associação Comunitária Vila Monte Cristo, vencido o atestado em abril de 2024 e no atestado não aponta o serviço executado. A Ilem protocolou dois projetos e um dos projetos com CNPJ errado. Lembrando que no edital do CEDICA, somente um por CNPJ. A Associação Escolar Desenvolvendo o Saber está com a data válida, mas não menciona o programa de Educação Infantil no atestado. Isso aí é mais interno nosso também, né? Associação Comunitária Primeira de Maio. A OSC não está inscrita no Programa de Educação Infantil, mas está propondo para jovens e mulheres de 14 a 21. Então, ela não tem experiência prévia nesse serviço. Desenvolvendo o Saber também. Instituto Passos, também, projeto de TE e possui somente serviço de convivência escrito. Ah, está propondo uma proposta para TE. E então, não tem experiência também para esse serviço. Liga de Amparo a Necessitados, é só um apontamento para assinar o plano. A Sociedade Amigos do Jardim Ingá. Não está apresentando o cronograma preenchido, mas isso aí é questão de análise do CEDICA. Sociedade de Ensino, Assistência Social Santa Teresinha de Jesus. Um atestado do CNPJ da matriz, sem informação de filiais. E Associação CT, Centro Terapêutico, atestado vencido em de dezembro. Associação Desenvolvendo o Saber que não indica que é Educação Infantil. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Agora, uma pergunta: as entidades depois têm que mandar um documento para o Estado com o aval do CMDCA. Vai ser emitida uma lista com todos os nomes? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É o que eu estava vendo com a Duda aqui, né? Eu acho que

melhor, como a gente avançou, digamos, já a análise, né? Tinha uma semana, praticamente, a secretaria tem mais uma semana. Então, eu acredito que, como eles não têm que fazer dois documentos, eles vão ter que fazer um documento atestando que a instituição tem mais de dois anos de registro, porque isso pede no edital. E, hã, e vão ter que fazer o outro documento individual apontando aqui. Que daí a gente vai fazer um texto praticamente básico, né? Eu acho que até a gente podia fazer uma ficha, que daí fica mais fácil só para ele vir preencher assim. E aí a gente coloca numa observação como essas observações ali. Atestado fora do prazo, alguma coisa assim, que acho que é mais prático. Porque para a gente publicar uma planilha assim, ou mandar uma planilha assim, acho que está meio complicado. Eu acho que para nós é OK, para enviar, não. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** A não ser que mandasse para cada instituição a sua linha, porque eles têm os campos ali. Não precisa botar numa linha, estou falando, as informações que estão ali. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Não, isso sim. Uma ficha lá. Isso sim. E isso que é a ficha daí. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Para um documento único. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Isso, a gente vai pegar essa aqui e onde está o xizinho, OK, ou quem, né, a gente vai colocar exatamente, hã, na ficha. Daí fica um documento individual, pelo menos a gente tem. E aí depois está aí, coloca nas observações. Regular, um ano de trabalho apresentado, está de acordo, não possui esses problemas. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Carol, só uma dúvida. É um CNPJ no máximo por projeto, por CNPJ? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É um projeto por CNPJ. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** O CNPJ, mas assim, esse CNPJ raiz, não é a filial? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Não sei. Porque teve outras instituições que me perguntaram: “Ah, Carol, se é custeio ou aquilo?” Eu disse: "Não sei”. Porque daí eu vou me meter numa seara que não é minha. Podemos? Em votação, então, quem é favorável, permaneça como está. Contrários. Abstenções. **APROVADO**. Obrigada. Pessoal, é isso, então, para plenária? Estamos liberados

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, às 16h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.